

## **ORGANIZAÇÕES INVISÍVEIS: Auto-organização, Emergência e Insurgência Cidadã**

**HERUS ORSANO MACHADO**

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MARANHÃO (IFMA)

**PATRÍCIA GÊMILY GRENFELL DE OLIVEIRA**

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ (UECE)

**HERMANO JOSÉ BATISTA DE CARVALHO**

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ (UECE)

# ORGANIZAÇÕES INVISÍVEIS: Auto-organização, Emergência e Insurgência Cidadã

## 1 INTRODUÇÃO

Nas discussões sobre a Gestão de Cidades, sobressaem as características intrínsecas a esse organismo social: a complexidade, a emergência e a auto-organização. Nesse contexto, a existência de movimentos que fluem da ação dos cidadãos, e que procuram resolver questões endógenas à comunidade local, apresenta-se como um fenômeno social de relevância, mesmo que, na maioria das situações, não sejam reconhecidos pelas administrações públicas, nem tampouco sejam vistos pela própria sociedade.

Essa discussão se torna mais relevante quando se detectam exemplos de movimentos cidadãos que, posteriormente, são absorvidos pela própria administração pública, muitas vezes transformando-se em políticas públicas, influenciando no desenvolvimento da cidade.

Surge, então, uma dinâmica de interação entre organizações e instituições que vai além das esferas do poder público e privado, bem como ações coletivas ou individuais que se transformam em movimentos em favor da promoção da mudança social, buscando soluções inovadoras, no sentido de criar novos modelos para preencher os vazios das políticas públicas e os espaços de exclusão social (MARTINS, 2016).

Por outro lado, a cidade, sendo um sistema auto-organizado, possui uma característica de autorregulação, que se manifesta por meio da sinergia que aparece de maneira espontânea entre seus agentes sociais e que pode possibilitar transformações nesse ambiente. Estas, por sua vez, geram processos variados e dinâmicos de desenvolvimento, por meio de ações e comportamentos de seus agentes, sendo produtos de intenções, planos, normas sociais e culturais, entre outras interações (JOHNSON, 2003; PORTUGALI, 2012).

São esses agentes que, em formas associativas, dinamizam as cidades e acabam gerando a sociedade em rede, mostrando-se cada vez mais atuante na busca por transformações na sociedade. Essas formas associativas são constituídas e produzidas de forma consciente ou, até em alguns casos, de forma inconsciente, e emergem das necessidades e dos desejos espontâneos descobertos no dia a dia dos cidadãos, se caracterizando como grupos insurgentes, principalmente nas democracias de baixa intensidade (LIMA, 2015; OLIVEIRA, 2018).

Assim, para efeito deste trabalho, consideram-se grupos insurgentes aqueles que reúnem as características de auto-organização e emergência, mas que apresentam como diferencial marcante o fato de prestarem serviços à população, sejam eles lícitos ou ilícitos, formais ou informais, que tenham como origem e destino a própria comunidade, e que, de alguma forma, não estão sendo executados pelo “*status quo*” do poder público.

## 2 PROBLEMA DE PESQUISA E OBJETIVO

Com base nesse contexto, surge a questão de pesquisa que fundamenta este estudo: Quais características e as formas de organização desses movimentos insurgentes e quais papéis desempenham como atores sociais?

Assim, tem-se como objetivo geral do trabalho: Compreender a dinâmica dos grupos insurgentes, suas características gerais e peculiaridades específicas de organização. Por meio do entendimento da dinâmica das cidades e de seus atores sociais, desperta-se a necessidade de compreender esses movimentos insurgentes e os papéis que desempenham na sociedade.

Este estudo torna-se relevante diante da lacuna verificada, através da revisão da literatura, visto que não foram encontrados trabalhos acadêmicos que abordem este tema na

área das organizações, sob a perspectiva da insurgência cidadã e à luz da Teoria da Complexidade de Cidades.

Daí, busca-se, aqui, contribuir com o conhecimento no campo da gestão de cidades, visto ser um tema novo para área das ciências sociais aplicadas, em especial para a Administração, proporcionando uma compreensão mais ampla e crítica na busca por uma gestão pública mais efetiva.

A presente pesquisa está estruturada em sete seções além dessa introdução: referencial teórico, metodologia, resultados da pesquisa e considerações/contribuições finais.

### **3 A AUTO-ORGANIZAÇÃO E A EMERGÊNCIA NAS CIDADES**

Grandes transformações e mudanças disruptivas no mundo são perceptíveis no século XXI em diferentes esferas e contextos. Os avanços tecnológicos, a era pós-digital, o uso da inteligência artificial e a comunicação em rede são exemplos de alterações no dia a dia das pessoas, que transformam a maneira como elas interagem e convivem em comunidade. Essas mudanças também trazem consequências no funcionamento das cidades devido ao seu caráter complexo, razão pela qual há a necessidade de um olhar pela lente da teoria da complexidade em cidades (PORTUGALI, 2012).

Para Johnson (2003), a cidade complexa possui uma personalidade que se auto-organiza a partir de milhões de decisões individuais construídas com base em interações locais. Nessa perspectiva, o autor aborda o comportamento emergente que advém das cidades, explicando que o comportamento complexo é um sistema composto de vários autores que interagem de forma dinâmica, em que não recebem instruções de níveis mais altos e seguem regras próprias.

Esse comportamento, segundo o autor, surge espontaneamente no processo de baixo para cima, de forma que, na hierarquia de conexões, a emergência acontece pelas influências das partes em outros níveis da hierarquia (JOHNSON, 2003). Assim, “as cidades possuem uma espécie de inteligência emergente: uma habilidade de guardar e recuperar informações, reconhecer e responder a padrões do comportamento humano” (JOHNSON, 2003, p.73).

O crescimento das cidades é, em sua essência, um processo complexo, pois estas são compostas de diversos atores e padrões de comportamento e de diferentes proporções de espaço e tempo. Portanto, faz-se necessário entender a interação entre seus diversos ambientes: social, econômico, natural e construído (BATTY, 2008; ALVES, 2014).

As cidades são, por excelência, sistemas complexos, emergentes, longe do equilíbrio, que exigem enorme energia para sua manutenção. Ainda, exibem padrões de desigualdade desovados através da aglomeração e da intensa competição por espaço, além de sistemas de fluxos saturados que têm a capacidade de parecerem ser apenas sustentáveis, mas são, paradoxalmente, redes resilientes (BATTY, 2008).

Como mencionado anteriormente, a auto-organização e a emergência, tratando-os na perspectiva das cidades, são princípios dos sistemas complexos. Assim, a auto-organização é abordada por um conceito interdisciplinar, visto por várias perspectivas, em diferentes áreas das ciências, a exemplo de física, educação, direito, psicologia, planejamento urbano (ALVES, 2013; OLIVEIRA, 2013; VASCONCELLOS; RODRIGUES; LUZZI, 2015; HÖLLDAMPF; ROTHFUSS, 2013), entre outras, o que mostra versatilidade e abrangência em sua utilização.

Segundo Serva (2010, p.28), “auto-organização é o conceito central da complexidade”. A teoria da auto-organização acrescenta à complexidade conceitos de não equilíbrio, emergência, criatividade, auto semelhança, imprevisibilidade, entre outros. Tais conceitos se

inter-relacionam diretamente, explicando aspectos e características da dinâmica dos sistemas complexos e das interações entre seus atores (SERVA, 2010).

Surge, a partir daí, um planejamento pensado para as cidades sob a perspectiva da complexidade. Começaram a surgir defensores do processo de *bottom up* (de baixo para cima), que acreditavam que as cidades deveriam ser planejadas e pensadas para e pelas pessoas que a usufruem.

Portanto, esse novo pensamento, de se enxergar e pensar as cidades voltadas para interdisciplinaridade e inter-relação de suas partes, traz uma perspectiva de observar a compreensão das dimensões objetivas urbanas (estrutural, funcional, histórica) e subjetivas (inconsciente coletivo), oferecendo condições para questionar o presente e projetar o futuro (SOUZA, 2010).

A partir daí, nasce uma mudança paradigmática para as ciências e a nova forma de pensar, sendo Jacobs (2011) um dos principais nomes responsáveis pela essa mudança, já que faz uma crítica ao modelo de urbanismo moderno. Ela mostra uma nova forma de se pensar e planejar a cidade por meio da lente da complexidade, possibilitando que os organismos vivos e os sistemas complexos apresentem transformações através de processos de autossustentação e auto-organização.

Jacobs (2011) aborda as cidades através de sua capacidade de auto-organização e pressupõe a complexidade como uma característica inerente às cidades. A autora também compreende que as cidades são criadas por pequenas atitudes de pessoas comuns que nela interagem, e não por políticos e planejadores.

A cidade não é organismo por si só e devido ela ser composta por inúmeras partes que se interagem e a fazem funcionar por meio de suas inter-relações é razão de sua complexidade. O caráter dinâmico, imprevisível e auto-organizável são características que mostram que as cidades não são ambientes simples de serem estudados, analisados e tampouco planejados e geridos (PORTUGALI, 2012).

Ao contrário, constituem um sistema complexo, composto por diferentes padrões de comportamento e atores, além das diversas esferas que a compõem: social, ambiental e construída (BATTY, 2008; JOHNSON, 2003; PORTUGALI, 2012).

Portanto, compreende-se que as cidades são amplificadores de padrões, em que pequenos grupos expressam comportamentos e desejos de grupos maiores, captando informações e compartilhando com o grupo. Consequentemente, esses padrões voltam para as cidades através de pequenas mudanças de comportamentos, que podem, por sua vez, se amplificar em movimentos maiores (JOHNSON, 2003).

Partindo dessa dinâmica de amplificação de comportamentos individuais para macro comportamentos que emergem na cidade, pode-se compreender o surgimento de movimentos sociais por meio de grupos e ações coletivas capazes de transformar a sociedade e, consequentemente, as cidades (OLIVEIRA, 2018), como se discorre no tópico a seguir.

#### **4 A INSURGÊNCIA CIDADÃ: REIVINDICAÇÃO E AÇÃO PÚBLICA**

Na seção anterior, destacou-se que os centros urbanos possuem características inatas, tais como a auto-organização e os comportamentos emergentes. Esses comportamentos são repetitivos e geram pensamentos coletivos capazes de transformar as cidades. Com base nesta ideia, aborda-se, nesta seção, a insurgência cidadã que emerge na cidade como um fenômeno coletivo de reivindicação, mas também para suprir lacunas deixadas pelo poder público no atendimento de necessidades das classes menos favorecidas.

Estudos sobre os espaços urbanos foram marcados pelo desenvolvimento de fenômenos que ampliaram o entendimento sobre a cidade. Para Guerra (2010), “as cidades e os seus prolongamentos são, por excelência, os cenários em que se desenrolam a nossa civilização”. Uma nova maneira de entender as cidades é a compreensão do espaço urbano como uma grande rede de conexões entre as suas dimensões, sejam elas físicas ou imateriais (PORTUGALI, 2012).

Para Castells (2011), o espaço urbano é entendido como um sistema de valores e comportamentos, denominado cultura urbana. Já a urbanização é compreendida como produção social das formas espaciais que caracterizam a rede urbana, composta por um processo aberto com arranjos complexos.

Assim, as cidades são palco de divulgação de comportamentos e valores chamados de cultura urbana. Gohn (2008) afirma que a cidade é um cenário propício para ações coletivas de caráter social e político, na qual possibilitam diversas formas da população se auto-organizar e expressar suas necessidades.

A cidade, sendo o elemento central de estruturação da sociedade contemporânea, é uma obra dos cidadãos, onde estes possuem o direito ao trabalho, à educação, à saúde, à habitação, aos lazeres, à vida, etc (LEFEBVRE, 2010). É também a expressão máxima da construção social do espaço e centro das possibilidades de transformação social.

Oliveira (2018) afirma que os centros urbanos são como palcos multiculturais e complexos, nos quais seus agentes possuem identidades diversas que lutam pela cidadania e compreendem diferentes dimensões do ser, tais como: de gênero, étnica, de classes e regional. Contudo, compreendem também dimensões políticas e de valores, igualdade, liberdade, paz, sustentabilidade, respeito à diversidade, diferenças culturais, entre outras (SCHERER-WARREN, 2006).

Já para Dagnino (2004), a emergência da nova noção de cidadania é abordada através de duas dimensões. A primeira é a de que a cidadania é formada e está diretamente ligada às experiências de movimentos sociais urbanos, sejam elas ligadas à cidadania, ao acesso à cidade e aos movimentos relacionados a mulheres, negros, ambientais, entre outros. Portanto, essa nova noção de cidadania possui como base fundamental a luta por direitos – tanto de igualdade, quanto de diferenças – e o direito à cidade (LEFEBVRE, 2011).

A segunda dimensão, por seu turno, relaciona-se à ênfase na construção da democracia no seu sentido mais amplo e mais profundo. O autor destaca características da sociedade contemporânea que são incorporadas, como o papel das subjetividades e a emergência de sujeitos sociais e de novos direitos. Assim, resulta em um caráter intrínseco e constitutivo, na busca por democracia de transformação social e em uma conexão entre as dimensões da cultura e da política (DAGNINO, 2004). O autor traz em seu conceito de cidadania, em sua essência, alguns aspectos, a exemplo do sentimento de pertencimento a uma cidade, a uma comunidade e a um projeto de sociedade. Além disso, aborda também em seu conceito a capacidade de articulação de demandas e a busca por soluções.

Assim, a cidade deve ser pensada como uma totalidade coletivamente produzida para que possa ser comunitariamente apropriada e democraticamente administrada por aqueles que a reproduzem. A busca por uma cidade mais justa está pautada na luta pelo direito à cidade, incentivando o cidadão para o direito de participar ativamente das discussões e debates sobre o destino da cidade e das relações sociais que nela ocorrem (DAGNINO, 2004; HARVEY, 2014; LEFEBVRE, 2011).

Para Silva (2017), em seu entendimento, a cidadania possui variações que podem ser resumidas abstratamente em duas: uma formal, que faz parte de uma comunidade política; e outra substantiva, que significa ter acesso a direitos (civis, políticos e sociais) que devem estar

disponíveis a todos. Essas duas formas de cidadania não se excluem mutuamente; pelo contrário, se contrapõem e são objeto de disputa.

Nesse contexto, os cidadãos estão encontrando novas formas para tomar decisões coletivas, como a democracia participativa e comunitária. James Holston (2013) compreende esse processo como um modelo de monitoramento social, conhecido como insurgência cidadã, na qual é baseada no cidadão como agente ativo que busca novas formas de alcançar seus direitos.

A insurgência cidadã é alcançada por meio da participação ativa dos cidadãos em um movimento social ou em comunidades com prática e discurso que buscam defender princípios e direitos democráticos reivindicando novos direitos que, se acatados, conduzirão os espaços democráticos que podem ser expandidos através de projetos liderados por cidadãos ativos.

O autor traz a insurgência cidadã em um entendimento mais amplo do conceito de cidadania, que envolve diferentes aspectos: políticos, civis, socioeconômicos, culturais e legais. Ele aborda a insurgência, no Brasil, como consequência de conflitos e desigualdades históricas ocorridos no país ao longo de décadas. O autor destaca, ainda, que existem muitas democracias que não oferecem a seus cidadãos acesso aos direitos básicos, fazendo-os conviver com injustiças e violência. Essas democracias vivem uma forma de segregação, tratando os sujeitos de forma desigual, não oferecendo acesso a recursos públicos e transformando o acesso aos direitos em uma forma de tratamento especial.

Nas sociedades ditas “democráticas”, o grau do exercício da cidadania é definido na perspectiva da igualdade e da desigualdade. Isso porque “as democracias, em particular, prometem cidadanias mais igualitárias e, com isso, mais justiça e dignidade na organização dessas diferenças.” (HOLSTON, 2013, p. 21).

Indo além, Holston (2013) aborda que, historicamente, a cidadania no contexto brasileiro nunca foi reivindicada a partir de paradigmas de uma democracia igualitária, em que sempre se buscou a compensação de privilégios sociais. Tal dinâmica dá origem ao que ele denomina de uma cidadania “diferenciada”, consistindo na distribuição desigual e excludente, baseada em privilégios sociais, de direitos importantes ao exercício substantivo da cidadania (HOLSTON, 2013-259).

Portanto, a cidadania, no contexto brasileiro, não equipara cidadãos, pelo contrário, é uma medida “para diferenciar e uma forma de distanciar as pessoas umas das outras” (HOLSTON, 2013, p. 23). Em sua obra “Cidadania insurgente: disjunções da democracia e da modernidade no Brasil”, Holston (2013) faz um resgate histórico para entender como se deu a evolução da cidadania urbana. Ele entende que o contexto histórico e social está diretamente ligado à insurgência cidadã, e afirma que esta é, de fato, uma maneira de inovação democrática e uma das formas de cidadania.

Dessa forma, a insurgência cidadã é estimulada através de uma cidadania desigual e diferenciada, pois ela marginaliza os cidadãos por classes, sejam elas sociais, econômicas, entre outras. Assim, os cidadãos tratados de maneira diferente se insurgem contra autoritarismo sociais impostos, podendo realizar movimentos de formas ilícitas ou ilegais (HOLSTON, 2013).

Essa insurgência cidadã nasce nas periferias urbanas, conforme citado por Holston (2013, p. 228):

A consolidação das periferias, com tudo que envolveu este processo – ocupação ilegal de terras, conflitos em torno da sua posse, novas formas de organização política, construção e melhoramento das moradias – fez emergir novos atores políticos e uma nova concepção de cidadania que questiona regimes de privilégios. Esses novos sujeitos políticos nasceram da luta pela legalização das moradias e da

experiência da propriedade, ressignificando práticas e “valores vinculados classicamente à propriedade fundiária na história da cidadania”.

Assim, a luta pela cidadania se dá com propósito de expressar desejos e demandas por direitos à cidade, por meio de novos atores políticos, por meio de um discurso reivindicatório (HOLSTON, 2013).

## **5 MOVIMENTOS INSURGENTES: A EMERGÊNCIA E AUTO-ORGANIZAÇÃO NA DINÂMICA DA CIDADE**

Na seção anterior destacou-se a insurgência cidadã no seu papel de reivindicação e transformação na sociedade. A luta pela cidadania se dá no dia-a-dia da cidade e nasce com o desejo de mudanças e transformações que estão diretamente ligadas a diferentes aspectos, tais como gênero, etnia e classes.

Assim, segundo Oliveira (2018), surgem os movimentos e grupos insurgentes que podem ser entendidos como consequência das contradições urbanas ou reflexo da vivência na cidade, que acarretam desigualdades ocasionadas pela falta ou problemas na execução de políticas públicas e práticas de governo.

Gohn (2010) afirma que esses movimentos, criam uma cultura de pertencimento em seus participantes e lutam pela inclusão social:

(...) constroem ações coletivas que agem como resistência à exclusão e lutam pela inclusão social. Constituem e desenvolvem o chamado empowerment de atores da sociedade civil organizada à medida que criam sujeitos sociais para essa atuação em rede [e] ao, realizarem essas ações, projetam em seus participantes sentimentos de pertencimento social. Aqueles que eram excluídos passam a se sentir incluídos em algum tipo de ação de um grupo ativo (GOHN, 2010, p. 336).

Portanto, a insurgência cidadã e os movimentos dela oriundos mudam o ambiente e os espaços públicos da cidade como um todo, juntamente com grupos e movimentos que assumem uma direção e se transformam em movimentos mais abrangentes, ultrapassando os níveis locais. (LIMA, 2015).

Esses movimentos são compostos por pessoas comuns que lutam por espaços e formas de exercer sua cidadania, que manifestam suas práticas de insurgência sobre assuntos relacionados a espaços públicos, mas também sobre assuntos de cunho socioeconômico, entre outros. Portanto, para Oliveira (2018), a insurgência cidadã deve ser levada em consideração nos planejamentos urbanos, pois faz parte do dia a dia das cidades e são resultados da massa crítica criada pelos cidadãos. Desse modo, nota-se que a atuação dos coletivos urbanos é direcionada para a formação de cidades mais inclusivas e democráticas.

Para Lima (2015, p. 41),

O surgimento de novos agentes sociais e de mobilizações que permeiam a história urbana recente dá mostras do conjunto de contradições presentes na cidade. Nesse contexto, os coletivos urbanos surgem como modos de organização capazes de criar culturas defensivas diante de situações-problema vivenciadas no espaço urbano.

Os chamados coletivos urbanos vieram para questionar as condições em que se encontram os espaços urbanos, por meio de manifestações de diversos tipos de caráter: artístico, político e urbanístico.

Dessa forma, essas manifestações se unem em prol de um mesmo ideal, que é o de gerar discussões sobre a construção da cidade por meio de apropriações e ações imprevisíveis e, a partir disso, chamar a atenção dos cidadãos e atrair olhares para os espaços públicos ociosos, esquecidos pelo poder público e pela sociedade, para ressaltar o ideal de lazer, cultura e convivência em meio ao ambiente urbano. (HORI, 2017).

Os coletivos urbanos têm contribuído com a sociedade na organização e conscientização, colocando demandas construtivas em torno de práticas de mobilização. Esses movimentos “[...] não são apenas reativos, movidos só pelas necessidades (fome ou qualquer forma de opressão), pois podem surgir e se desenvolver também a partir de uma reflexão sobre sua própria experiência” (GOHN, 2010, p.16).

Além disso, surgem de mobilizações que marcam a história urbana da cidade e se apresentam de forma organizada, criando um ambiente propício a culturas para solucionar problemas que são criados no dia a dia dos espaços urbanos.

Diante desse contexto, a presente pesquisa tem ênfase em estudar os grupos que possuam a natureza reivindicatória e que se originam da insurgência cidadã, independente de sua abrangência. Assim, para efeito dessa pesquisa, adota-se o conceito de Oliveira (2018), em que serão considerados grupos insurgentes aqueles que reúnem as características de auto-organização e emergência, que apresentam a prestação de serviços à população e que tenham como origem e destino a própria comunidade, e que não estejam sendo executados pelo poder público.

## **6 METODOLOGIA**

### **6.1 A Natureza e Tipologia do Estudo**

A presente pesquisa pode ser compreendida em sua tipologia como um estudo de caso, caracterizado como um estudo multicase, visto que este tipo de estudo possibilita o levantamento de evidências relevantes e de maior confiabilidade quando comparado aos estudos de casos únicos, sendo considerado mais robusto (YIN, 2001). Quanto aos fins, é tipificada como exploratória e descritiva. E quanto aos meios, documental e de campo (VERGARA, 2014). A pesquisa se utilizou também de uma abordagem metodológica qualitativa, na tentativa de lidar com a complexidade do objeto de estudo. A abordagem foi escolhida, pois “há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números” (SILVA, 2005, p.20).

### **6.2 Universo de Pesquisa e Delimitação Geográfica**




O universo da presente pesquisa é formado pelos grupos e movimentos insurgentes da cidade de Fortaleza (CE), na qual se insere a sua delimitação geográfica. Inicialmente, foram identificados vinte grupos e observou-se as suas atuações por meio de suas ações/intervenções em seus websites e páginas das redes sociais. Posteriormente, foram escolhidos nove grupos, que responderam os contatos realizados e se disponibilizaram para participar da pesquisa. Utilizou-se o critério de acessibilidade, que segundo Vergara (2014) seleciona elementos por facilidade de acesso. As áreas de atuação dos grupos escolhidos são: feminismo e mobilidade urbana, meio ambiente, educação, arte e cultura, social, arquitetura e urbanismo e espaço público. A ideia foi selecionar coletivos ou grupos com finalidades diferentes e que tivessem como foco a atuação na cidade de Fortaleza.



Tais coletivos estão apresentados brevemente a seguir:

**Quadro 1 – Relação de coletivos e movimentos insurgentes pesquisados**

MOVIMENTOS	ÁREA DE ATUAÇÃO	DESCRIÇÃO
<p>Coletivo Ciclanas</p> 	<p>Feminismo e Mobilidade Urbana</p>	<p>É um coletivo formado por mulheres feministas que utilizam a bicicleta como meio de transporte e buscam ocupar o espaço público e uma maior representatividade das mulheres no meio cicloativista.</p>
<p>Movimento Pró-árvore</p> 	<p>Meio Ambiente</p>	<p>Surgiu em 2011, se intitula um coletivo multidisciplinar, composto por cidadãos que possuem consciência sobre a importância das árvores para a qualidade de vida nas cidades. Busca contribuir para mudar o quadro atual da cidade com relação ao meio-ambiente por meio do conhecimento e participação.</p>
<p>Coletivo Dois Vetim</p> 	<p>Arte e Cultura</p>	<p>É um coletivo formado por dois jovens fotógrafos da periferia de Fortaleza, possuindo como objetivo levar por meio da imagem fotográfica o acesso à arte e cultura para as periferias de Fortaleza.</p>
<p>Coletivo AfroRaízes</p> 	<p>Social</p>	<p>Formado por jovens negros, é um coletivo que tem como objetivo a auto-afirmação da identidade negra e a luta por direitos iguais para a população negra.</p>
<p>Coletivo Transpassando</p> 	<p>Educação, arte e cultura</p>	<p>Surgiu em 2015, em Fortaleza, com o objetivo de combater a transfobia, violências e demais preconceitos através da formação humana, educacional e profissional, possuindo como público principal travestis e pessoas transgêneras.</p>
<p>Fortaleza Invisível</p> 	<p>Social</p>	<p>É um movimento que tem como objetivo sensibilizar e conscientizar a sociedade através de ações sociais, combatendo o preconceito contra moradores de rua e atuando também na articulação política dos direitos junto ao poder público.</p>

<p>Coletivo A-Braço</p> 	<p>Espaço público</p>	<p>Tem como objetivo fortalecer a vivência urbana dos cidadãos por meio da ideia de pertencimento dos lugares a ambiência dos espaços públicos, utilizando-se da educação e reflexão como instrumentos para a colaboração em prol de uma cidade mais acessível e democrática.</p>
<p>Coletivo Carcará</p> 	<p>Arquitetura e Urbanismo</p>	<p>Tem como objetivo ajudar na intervenção e viabilizar as práticas e as lutas de resistência de moradores e movimentos de insurgência no território cearense através de informação e assessoramento técnico.</p>
<p>Grupo Negragem</p> 	<p>Arte e cultura</p>	<p>É um grupo de estudo e teatro formado por jovens negros do bairro Bom Jardim que tem como objetivo a autoafirmação da identidade negra, a luta por direitos iguais e o combate ao racismo e demais preconceitos.</p>

**Fonte: Elaborado pelos autores**

Para o alcance do objetivo definido na presente pesquisa, a coleta de dados ocorreu por meio da técnica de entrevista e como instrumento de pesquisa, foi utilizado o roteiro de entrevista semiestruturada como elemento direcionador. A técnica utilizada para análise de dados foi análise de conteúdo, e se deu a partir de categorias, a qual busca trazer elementos relevantes da teoria (GIL, 2002).

Assim, a análise se deu a partir de três categorias, e dez subcategorias de análise foram estabelecidas conforme emergiam da teoria e do campo empírico.

**Quadro 2 - Categorias e Subcategorias da pesquisa**

Categorias	Subcategorias
Origem e história	Objetivo
	Atividade precursora
	Necessidade(s)/Lacuna(s) para surgimento
Características gerais e peculiaridades de organização	Auto-organização
	Hierarquia
	Critérios para novos membros
	Financiamento
	Interações com outros coletivos
Intervenções e consequências	Tipos de Intervenções
	Consequências observada

**Fonte: Elaborado pelos autores**

Recorreu-se também ao *software* Iramuteq, que auxiliou no processo de armazenamento, organização e categorização das entrevistas. Realizou-se uma análise do

corpus textual, que é um tipo específico de análise de dados, no qual corresponde ao material verbal transcrito. Todas as categorias e subcategorias foram identificadas e separadas por grupo de entrevistados, bem como, foram analisadas as relações entre elas.

## 7 RESULTADOS

O objetivo principal deste trabalho foi compreender a dinâmica dos grupos insurgentes, suas características gerais, peculiaridades. Os grupos e movimentos insurgentes na perspectiva da gestão da cidade, pelo menos até a conclusão deste trabalho, ainda não haviam sido explorados com foco na gestão das cidades no âmbito nacional, mostrando a particularidade desta pesquisa.

A primeira categoria analisada, origem e história, compreende-se em qual contexto os grupos se originaram. Assim, verificou-se que todos os coletivos surgem de uma necessidade não atendida da população e, também, por meio de uma reflexão sobre sua própria experiência. Possuem caráter reivindicatório, o que mostra sua natureza insurgente e emergente, corroborando com Johnson (2003) em que a dinâmica *bottom up* emerge como um fenômeno coletivo de reivindicação. Percebe-se que grupos foram criados com objetivos diversos como a busca da igualdade e direito dos cidadãos, a melhoria do espaço público, a busca pelo direito à cidade e a luta por uma cidade mais justa.

Assim, confirma o conceito de cidadania de HARVEY (2014) que tem como principal característica o sentimento de pertencimento a uma cidade além da busca por uma cidade mais justa, a luta pelo direito à cidade, melhoria do espaço público e a busca da igualdade e direito dos cidadãos.

Para a segunda categoria buscou-se conhecer a dinâmica dos movimentos insurgentes selecionados através da identificação das características gerais e peculiaridades de organização, como elementos de auto-organização, recrutamento, financiamento e interações com outros grupos e/ou coletivos.

Constatou-se no campo empírico que todos os coletivos possuem características de auto-organização e emergência, surgem espontaneamente, conforme conceito trazido por Portugalli (2013) e Teodoro (2015), que aborda o surgimento espontâneo e emergente, além de possuírem um alto grau de interação entre seus membros. Dessa forma, os coletivos urbanos apresentam, de uma maneira geral, características que os evidenciam como ambientes auto-organizáveis.

Quanto à hierarquia dos coletivos, verificou-se que todos possuem características de descentralização, horizontalidade, multiliderança e informalidade. Essas características comprova o caráter de complexidade e auto-organização dos coletivos, visto que, segundo Johnson (2003), por possuírem diferentes atores que interagem de forma dinâmica por meio de regras próprias, não precisam de líderes. Portanto, os coletivos apresentam características próprias de Redes, cuja disseminação notadamente nos ambientes complexos.

No que tange aos critérios de seleção de novos membros, a maioria dos coletivos pesquisados usam os critérios tradicionais como anúncios em redes sociais para atrair e entrevista para escolher novos candidatos. Com exceção do Coletivo Carcará e A-braço que nunca fizeram seleção para novos membros.

Outro ponto que merece destaque em relação as características dos coletivos é a questão do financiamento, visto que nenhum deles possui ajuda ou apoio financeiro público ou privado. São independentes, se auto financiam, e quando necessitam desenvolvem alguma atividade para arrecadar fundos.

No que diz respeito à interação com outros coletivos, todos os grupos estudados se relacionam e interagem com outros movimentos. Formam parcerias e desenvolvem ações e intervenções em conjunto, o que gera mais força e mobilidade e um alto nível de interação entre eles.

Os achados deste estudo para a terceira categoria de análise que aborda as intervenções realizadas pelos grupos estudados evidenciam três aspectos dessas intervenções: tipos de intervenção; abrangência das intervenções e consequências.

Em relação os tipos de intervenções, os coletivos se caracterizam por intervenções de caráter educativo e de protesto. Identificou-se também que todos realizam suas intervenções de duas maneiras diferentes: tradicionais, de forma presencial e por meio virtual, através de redes sociais como *Facebook* e *Instagram*. Com relação a abrangência, todos possuem abrangência local, o que demonstra o surgimento de necessidades locais e específicas.

No que diz respeito às consequências das intervenções, a maioria das ações e intervenções realizadas são ainda, nos moldes tradicionais como rodas de conversas, palestras e debates, entre outros.

Observou-se um discurso único em todos os coletivos de que as ações e intervenções ajudam a transformar e impactar a sociedade. Percebe-se que os grupos e movimentos aqui pesquisados possuem uma trajetória ainda incipiente apesar de serem atuantes em seu papel como coletivo. Para uma melhor visualização dos principais resultados encontrados na pesquisa segue um quadro resumo abordando cada categoria analisada:

**Quadro 3 – Resumos dos principais resultados encontrados**

<b>PRINCIPAIS RESULTADOS</b>		
Origem e História	Surgimento	Reflexão da própria experiência
		Caráter reivindicatório
		Necessidade não atendida
	Objetivos	Melhoria do espaço público
		Busca igualdade e direito dos cidadãos
		Busca pelo direito à cidade
		Luta por uma cidade mais justa
Características gerais e peculiaridades de organização	Gerais	Auto-organização
		Espontaneidade
		Insurgência
		Emergência
	Hierarquia	Horizontalidade
		Descentralização
		Multiliderança
		Informalidade
	Questão financeira	São independentes
	Interações com outros Coletivos	Altos níveis de Interação
		Atividades em conjunto gerando
		Mobilização e fortalecimento

Ações e Consequências	Tipo	Educativas
		Protesto
	Meio	Meio tradicional (presenciais)
		Meio Virtual (redes sociais)
	Abrangência	Local
	Consequências observadas	Despertar da cidadania
		Pertencimento social
Mudanças na comunidade		

**Fonte: Elaborado pelos autores**

Os resultados obtidos nesta pesquisa ofereceram aos autores a realidade de organizações não-convencionais, que representam uma formação espontânea, com um modelo de funcionamento que não observa qualquer parâmetro de hierarquia, aproximando por demais de uma organização em rede presente na definição de Moraes (2004), como uma ideia de fluxos imprevisíveis e instáveis que estão em constante movimento e processo de rearranjo, oriundos das peculiaridades de auto-organização, espontaneidade, insurgência e emergência.

Nesse modelo não-hierárquico, destacam-se as características de horizontalidade, descentralização, multiliderança e informalidade que oferecem a leveza necessária para que a organização se movimente em um ambiente que não lhe reconhece como tal, o que facilita as suas ações, como, por exemplo, ter uma independência financeira já que suas atividades de captação de recursos junto à comunidade estão muito mais centradas nas causas defendidas do que mesmo no reconhecimento de que os recursos serão bem aplicados, como em uma organização tradicional.

Afinal, não são as organizações que estão visíveis, mas sim as causas que elas defendem!

## **8 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este trabalho traz como contribuição a abordagem de um tema inédito, ainda não explorado nas ciências sociais aplicadas. Com isso, busca-se agregar o conhecimento desses grupos e movimentos ao campo da gestão de cidades, proporcionando uma compreensão mais ampla e crítica, contribuindo também para incentivar a promoção do tema como campo de investigações teórico-prático na área de Administração.

Com relação às limitações desta pesquisa situam-se: i) no teórico, por se tratar de um tema novo, conta com pouca literatura para embasamento; ii) nos resultados, que não podem ser generalizados, pois abordam grupos e movimentos que estão em constante mudança, além de suas características que variarem conforme o tipo de atuação e causas defendidas;; iii) na dificuldade de colaboração dos membros dos coletivos para a realização de entrevistas com a profundidade necessária.

Sugere-se para futuras pesquisas um estudo com outros coletivos de diferentes causas e tipos de atuações, com o intuito de aprofundar os achados dessa pesquisa; um estudo mais aprofundado das relações da Gestão Pública com os coletivos e movimentos urbanos, pois, assim, contribuiria para a ampliação do conhecimento sobre tema no campo da insurgência cidadã como motor para a gestão de cidades; e a realização de estudos de casos que utilizem modelos de gestão que captem de maneira mais adequada as contribuições desses grupos e movimentos. E, finalmente, recomenda-se utilizar os movimentos insurgentes em novas

pesquisas específicas sobre Redes, ampliando a base de estudos nesse tipo de organização.

Por fim, espera-se que esse estudo sirva de inspiração para acadêmicos e profissionais da área contribuindo para o avanço de novas pesquisas fortalecendo o campo da gestão de cidades.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Valter Vinícius Vetore; GABRIEL, Kelton. Cidade, planejamento e gestão urbana: o estudo de impacto de vizinhança (eiv) e a participação popular. **Caminhos de Geografia**, v. 14, n. 46, 2013.

BATTY, M. The Size, Scale, and Shape of Cities. **Science**, v. 319, p. 769-771, 2008.

CASTELLS, M. **A questão urbana**. 4.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

COLETIVO A-BRAÇO (@coletivoa\_braco). Instagram. Disponível em: [https://www.instagram.com/coletivoa\\_braco/](https://www.instagram.com/coletivoa_braco/). Acesso em: 1 dez. 2019.

COLETIVO AFRORAÍZES (@coletivoafroraizes). Instagram. Disponível em: <https://www.instagram.com/coletivoafroraizes/>. Acesso em: 1 dez. 2019.

COLETIVO CARCARÁ (@coletivo.carcara). Instagram. Disponível em: <https://www.instagram.com/coletivo.carcara/>. Acesso em: 1 dez. 2019.

COLETIVO CICLANAS (@ciclanas). Instagram. Disponível em: <https://www.instagram.com/ciclanas/>. Acesso em: 1 dez. 2019.

COLETIVO DOIS VETIM (@coletivo.doisvetim). Instagram. Disponível em: <https://www.instagram.com/coletivo.doisvetim/>. Acesso em: 1 dez. 2019.

COLETIVO TRANSPASSANDO (@transpassando). Instagram. Disponível em: <https://www.instagram.com/transpassando/>. Acesso em: 1 dez. 2019.

DAGNINO, Evelina. Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando. In: \_\_\_\_\_. **Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización**. Caracas: **FACES, Universidad Central de Venezuela**, 2004. p. 95-110.

FORTALEZA INVISIVEL (@forinvisivel). Instagram. Disponível em: <https://www.instagram.com/forinvisivel/>. Acesso em: 1 dez. 2019.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo**. Petrópolis: Vozes, 2010. 190 p

GOHN, Maria da Glória. O protagonismo da sociedade civil: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias. In: **O protagonismo da sociedade civil: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias**. 2008.

GRUPO NEGRAGEM (@negragem). Instagram. Disponível em: <<https://www.instagram.com/negragem>>. Acesso em: 1 dez.2019.

GUERRA, Paula. A cidade na encruzilhada do urbano: elementos para uma abordagem de um objecto complexo. **Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto**, v. 13, 2017.

HARVEY, David. A reinvenção da geografia: uma entrevista com os editores da New Left Review. **A produção capitalista do Espaço. São Paulo, Annablume. Cap**, v. 1, p. 15-40, 2006.

HOLSTON, James. **Cidadania insurgente: disjunções da democracia e da modernidade no Brasil**. [S.l.]: Companhia das Letras, 2013.

HÖLLDAMPF, Katja; ROTHFUSS, Eberhard. Auto-organização urbana em bairros desprivilegiados: possibilidades e limites para a articulação autônoma em Salvador, Bahia. **GeoTextos**, v. 9, n. 1, 2013.

HORI, Paula. ST 6 Os Coletivos Urbanos da cidade de São Paulo: ações e reações. **Anais ENANPUR**, v. 17, n. 1, 2017.

JACOBS, Jane et al. Morte e vida de grandes cidades/Jane Jacobs; Tradução Carlos S. Mendes Rosa.-2a ed. **São Paulo: editora WMF**, 2009.

JOHNSON, S. **Emergência: a vida integrada de formigas, cérebros, cidades e softwares**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

LEFEBVRE, Henri. O Direito à Cidade: São Paulo. ed. **Centauro, 5ª edição**, 2008.

LIMA, C. H; A Cidade em movimento: práticas insurgentes no ambiente urbano. **Oculum Ensaios**, 2015. 12 (Janeiro-Abril)

MORAES, M. **A Ciência como Rede de Atores: Ressonâncias Filosóficas**. Hist. Cienc. Saude, Manguinhos, v.11, n.2, p.321-333, 2004.

MOVIMENTO PROPARQUE (@movimentoproparque). Instagram. Disponível em: <https://www.instagram.com/movimentoproparque/>. Acesso em: 1 dez. 2019.

OLIVEIRA, P.G.G. **A Insurgência Cidadã e a Gestão de Cidades: um estudo sobre movimentos insurgentes e suas interações com a administração pública municipal**. 2018. DISSERTAÇÃO (Mestrado em Administração) - Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2018.

PORTUGALI, J. **Complexity Theories of Cities: achievements, criticism and potentials. In: Complexity Theories of Cities Have Come Age: an overview with implications to urban planning and design**. Berlin: Springer-Verlag Berlin Heidelberg, 2012.

SERVA, Maurício; DIAS, Taisa; ALPERSTEDT, Graziela Dias. Complexity paradigm and theory of organizations: an epistemological reflection. **Revista de Administração de Empresas**, v. 50, n. 3, p. 276-287, 2010.

SCHERER-WARREN, Ilse. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. **Sociedade e estado**, v. 21, n. 1, p. 109-130, 2006.

SILVA, Marcelo Martins. Insurgência e conservadorismo: considerações sobre o paradoxo da cidadania no Brasil. **Revista Em Pauta**, v. 15, n. 39, 2017.

DA SILVA, Edna Lúcia; MENEZES, Estera Muszkat. Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação. **UFSC, Florianópolis, 4a. edição**, v. 123, 2005.

SOUZA, M. L. de. **Mudar a cidade. Uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos**. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2010.

TEODORO, Pacelli Henrique Martins. Sustentabilidade, espaço urbano e complexidade. **Boletim Gaúcho de Geografia**, v. 42, n. 1, 2015.

VASCONCELLOS, Aurea R.; RODRIGUES, Clóves G.; LUZZI, Roberto. Complexidade, auto-organização e informação em sistemas dinâmicos. **Caderno Brasileiro de Ensino de Física**, v. 37, n. 2, 2015.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 2014.

YIN, Robert K. **Estudo de caso. 2. ed.** Porto Alegre: Bookman, 2010.